

CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA HISTÓRICA AOS ESTUDOS TOPONÍMICOS BRASILEIROS



CONTRIBUTIONS OF HISTORICAL LINGUISTICS TO BRAZILIAN PLACE-NAME STUDIES

CEZAR ALEXANDRE NERI SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 27/04/2019 • APROVADO EM 03/06/2019

Abstract

In this paper, we discuss aspects that relate place-names, as objects of research within the framework of linguistic science, to historical-linguistic elements, debating about theoretical-methodological contributions of Historical Linguistics to Brazilian place-name studies. Firstly, we present a history of toponymical researches and approaches, as a demonstration that there is a fundamental and still productive relationship between these areas and we discuss that researches in a historical-cultural perspective, based on Philology and Historical Linguistics postulates, may reveal linguistic and socio-historical aspects, since such names can be taken as linguistic data, as historical evidences and historic-cultural artifacts, products of interaction between language, identity and territorial policy. In order to validate our theoretical-methodological discussion, we describe and qualitatively analyze the occurrence of the

Brazilian Tupi language word *ita* – stone, rock – in five city names of Sergipe-Brazil: *Itabaiana*, *Itabaianinha*, *Itabi*, *Itaporanga d'Ajuda* and *Santa Luzia do Itanhy*. Content analysis confirmed that the use of dated and localized *corpora* and the understanding of postulates of linguistic change are beneficial to explain, with greater reliability, when, by whom and why such names were coined.

Resumo

Neste texto, discutimos aspectos que relacionam os nomes de lugares, como objetos de pesquisa do quadro da ciência linguística, a elementos histórico-linguísticos, apresentando um debate acerca das contribuições teórico-metodológicas da Linguística Histórica aos estudos toponímicos brasileiros. Inicialmente, apresentamos um histórico de pesquisas e de abordagens toponímicas, como demonstração de uma relação umbilical e ainda produtiva entre as áreas, e destacamos que investigações numa perspectiva histórico-cultural, embasadas, dentre outros, em postulados da Filologia e da Linguística Histórica, permitem descortinar aspectos intralinguísticos e sócio-históricos, visto que tais nomes podem ser tomados como dados linguísticos, como evidências históricas e como objetos histórico-culturais, produtos da interação entre língua(gem), identidade e política territorial. Em prol da validação de nossa discussão teórico-metodológica, descrevemos e analisamos qualitativamente a ocorrência do radical *ita* – pedra, em tupi – em cinco topônimos municipais do estado de Sergipe: *Itabaiana*, *Itabaianinha*, *Itabi*, *Itaporanga d'Ajuda* e *Santa Luzia do Itanhy*. A análise do conteúdo ratificou que o uso de *corpora* datados e localizados e a compreensão de postulados de mudança linguística são benéficos para explicar, com maior fidedignidade, quando, por quem e por quais motivações tais nomes foram cunhados.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Toponymy. Historical Linguistics. Philology. Place-names.

PALAVRAS CHAVE: Toponímia. Linguística Histórica. Filologia. Nomes de lugares.

Texto integral

INTRODUÇÃO

Neste texto, discutimos aspectos que relacionam os nomes de lugares a elementos histórico-linguísticos, apresentando um debate acerca das contribuições teórico-metodológicas da Linguística Histórica aos estudos toponímicos brasileiros. Esse debate surgiu, para nós, de inquietações durante nossas pesquisas de mestrado e de doutorado. Tanto na dissertação, *De Cirigype a Sergipe Del Rey: os topônimos em cartas de sesmarias (1594-1623)* (SANTOS, 2012), quando analisamos os nomes de lugares listados em documentos oficiais dos séculos XVI e XVII, quanto na tese de doutorado, *A Toponímia em Sergipe: descrição e análise* (SANTOS, 2019), quando focamos na nomenclatura geográfica contemporânea,

buscamos compreender aspectos relacionados à nomenclatura de lugares no território sergipano.

Considerando a premissa de que nomes próprios de lugares podem ser tomados como dados intralinguísticos e extralinguísticos, assinalamos as diretrizes do IBGE (2011), órgão oficial de catalogação e de normalização, quanto às vertentes investigativas de *corpora* toponímicos no Brasil: *i) aspectos geocartográficos*, que “contemplam a identificação do nome geográfico como código, nome geográfico oficial (e variantes), coordenadas geográficas, geometria e classificação do elemento cartográfico”; *ii) aspectos histórico-geocartográficos*, que “contemplam histórico de pertinência territorial, alterações toponímicas, variantes históricas do nome geográfico e história do nome geográfico”; e *iii) aspectos linguísticos*, que “contemplam etimologia, ortografia, motivação toponímica e classificação gramatical” (IBGE, 2011a, p. 5).

Focamos, neste estudo, nos itens *ii* e *iii*, de modo a discutir como os nomes de lugares se relacionam e podem descortinar elementos históricos e linguísticos, sejam eles desconhecidos ou tomados como (possibilidade de) verdade histórica. Como podemos atestar, a interdisciplinaridade é um predicado dos nomes próprios de lugares. Se, como bem atesta Dick (1990a, p. 19-20), a Toponímia “empresta subsídios valiosos” a diversas áreas, é igualmente válida a afirmação de que disciplinas afins contribuem para os estudos toponímicos, cabendo ao estudioso da toponímia compreender a natureza de cada *corpus* e quais disciplinas e ciências podem lhe ser úteis.

Considerando que os estudos toponímicos de caráter histórico-linguístico se constituem tradicionais tanto no Brasil quanto no Mundo, buscamos entender especificidades teórico-metodológicas dessa abordagem. Temos a clareza de que uma abordagem estritamente etimológica se apresenta limitante para explicar quando, por quem e com quais motivações tais nomes foram cunhados, de modo que pretendemos demonstrar que postulados da Filologia e da Linguística Histórica permitem descortinar aspectos intralinguísticos e sócio-históricos relativos aos topônimos, e, com isso, tomá-los como artefatos culturais, produtos da interação entre língua(gem), identidade e espaço. Como destaca Dick (1990b, p. 16), “em nenhuma dessas posições, tomadas isoladamente, ou com exclusivismo, será possível atingir a plenitude do fenômeno toponomástico”.

Para isso, como investigação prática, descrevemos e analisamos a ocorrência do radical *ita* (pedra, em tupi), bastante produtivo na toponímia nacional, em topônimos municipais do estado de Sergipe, a saber: *Itabaiana*, *Itabaianinha*, *Itabi*, *Santa Luzia do Itanhy* e *Itaporanga d’Ajuda*.

A seguir, historiamos algumas pesquisas e abordagens teórico-metodológicas dos nomes próprios de lugares, buscando sua relação com os postulados da Linguística Histórica.

A historiografia da área tem datado a toponímia como objeto de pesquisa autônomo desde o fim do século XIX, inicialmente na França e na Alemanha. Sua disciplinarização esteve marcada sob a égide do positivismo e do histórico-comparativismo que permeavam as investigações humanistas então. Tais estudos eram voltados à reconstrução dos idiomas indo-europeus, que privilegiam a mudança toponímica – interessando uma análise histórica dos *corpora*, especialmente aquelas em línguas de substrato, e a ligação delas com os assentamentos humanos na região; as mudanças fonéticas; a relação homem-metafísica, têm sido intitulados como uma abordagem *histórico-cultural* ((DICK, 1990b; ISQUERDO, 2012; BERG; VUOLTEENAHO, 2009).

Signos toponímicos costumam gerar dúvidas e fascínio quanto à sua origem e ao seu significado, especialmente aqueles oriundos de línguas de substratos ou com significados obscuros sincronicamente, que, não raro, promovem deslumbre, “revest[indo]-se de uma aura de iniciação em um conhecimento perdido que, muitas vezes, é usado como uma marca de alta cultura, diferenciando indivíduos” (MASSINI-CAGLIARI, 2012, p. 267). A análise de tais aspectos apresentou-se útil aos estudos etnológicos e etnográficos que permearam as ciências humanas e sociais no Brasil na primeira metade do século XX, “[...] pondo em evidência o caráter praticamente histórico das publicações, de preferência voltadas para a lexicologia indígena” (DICK, 1990b, p. 4).

Assim, em um território envolto pelos processos de colonização e de escravidão, como é o caso do Brasil, os estudos toponímicos costumam servir à busca pela procedência linguística e por significado(s) etimológico(s)¹, constituindo-se como uma abordagem tradicional no âmbito dessas pesquisas. Para isso, cabe ao toponimista “prover uma resposta coerente, inteligível e, ao mesmo tempo, honesta para ambas as perguntas”² para perguntas como ‘esse nome de lugar é/vem de qual língua?’ ou ‘o que esse nome de lugar significa?’ (TAYLOR, 2016, p. 71). Não à toa, em pesquisas toponímicas com perspectiva histórico-cultural, os *corpora* permitem a produção de vocabulários ou glossários toponímicos, constando dados como procedência linguística, estrutura morfológica e etimologia, dentre outros.

Tomando a divisão tripartite das pesquisas toponímicas nacionais proposta por Isquerdo (2012), essa abordagem corresponderia – não apenas, mas maciçamente – à primeira fase, de 1901 a 1979³, que teve como marco inicial a publicação d’*O tupi na geographia nacional*, de Theodoro Sampaio (1901). Cobia, então, destacar a participação dos estratos linguísticos minoritários – além do tupi, alguns estratos indígenas amazônicos, tais como o caribe, o aruaque e o bororo (CARDOSO, 1961; DRUMOND, 1965), e línguas de origem africana (MENDONÇA, 1933) – quando da análise toponímica.

Naquela primeira fase, as investigações davam à toponímia um caráter disciplinar e apresentavam resultados de natureza interdisciplinar, mesmo com limitações. Aqueles estudiosos tinham formação multidisciplinar, dentro e até fora das Humanidades, e se valiam de *corpora* toponímicos como objeto instrumental, a

ponto de Dick (1990b, p. I) assim destacar no prefácio de uma de suas obras: “Note-se, ademais, que o nosso objetivo com esta série articulada, liga-se também à questão, sentida necessária e imprescindível, de retirar da Toponímia o caráter secundário que sempre se fez cercar no país”.

Essa tradição histórico-culturalista perdurou por décadas e esteve embasada por métodos filológicos e estruturalistas, seguindo o percurso epistemológico europeu do início do século XX, com ênfase na etimologia dos nomes, que tomava a nomenclatura geográfica, dentre outros *corpora*, como instrumental para a reconstrução de línguas do ramo indo-europeu (HADJÚ, 2013). Cabe destacar a crítica de Drumond a uma limitação nos objetivos e na aplicação dos estudos toponímicos brasileiros nesta primeira fase: “A Toponímia distinguia-se por ser um rol de vocábulos quase exclusivamente de origem tupi, seguido de uma provável etimologia, esgotando-se aí, nesse procedimento, os objetivos e as pretensões da matéria” (*apud* DICK, 1990b, p. II). Assim, a crítica aos estudos toponímicos de então se baseia tanto numa falta de sistematização e de rigor nos processos descritivo-analíticos, quanto numa limitação a fins lexicográficos de base etimológica em *corpora* de substratos.

Assim, naquele período, mas não apenas naquela fase, os topônimos, especialmente de origem indígena, eram tomados como parte decifrável da memória e da identidade nacionais. Diversos estudiosos se valeram de *corpora* toponímicos em nível local ou regional em busca de, ao fim e ao cabo, traçar aspectos identitários que, juntos, pudessem ser tomados como elementos de *brasilidade*.

Desde a década de 1980 e mais intensamente a partir da década de 1990 – quando temos a proposição e a aplicação da proposta taxonômica de Dick (1990a, 1990b), que caracterizam a segunda e terceira fases dos estudos toponímicos no Brasil, respectivamente – o *interrogatório* frente ao dado toponímico tem privilegiado a determinação de aspectos semânticos em sincronia. Nesse bojo, os elementos históricos e histórico-linguísticos não são descartados (morfologia, variantes cartográfico-lexicais ou gráficas, língua de origem, etimologia, informações enciclopédicas, dentre outros), mas tomados como auxiliares para uma macro compreensão de fenômenos toponímicos. Isso fica exposto no argumento de Dick (1990b):

Observando os diferentes sistemas culturais, em que topônimos, ou nomes próprios de lugares, se inscrevem como instrumentos hábeis de pesquisa, verifica-se que o sentido desses denominativos é o ponto de partida para investigações que, se, antes, se definiam apenas como linguísticas, hoje se inscrevem, também, nos campos da geografia, da antropologia, da psicossociologia, enfim, da cultura em geral (DICK, 1990b, p. 6).

Tal afirmação expõe a historicidade como um elemento intrínseco ao dado toponímico, de modo que sua interpretação não deve se restringir a uma dimensão exclusivamente sincrônica, mas passar também aspectos diacrônicos.

Enquanto isso, no plano internacional, desde aquelas décadas, o enfoque tem sido norteado por uma abordagem *crítica* – a *Sociotoponímia* –, interessada em questões como cultura, identidade, relação de poder, dentre outras, em contextos transdisciplinares e tomando *corpora* não tradicionais, se comparados àqueles de uma abordagem histórico-cultural, tanto na toponímia urbana quanto na rural (BERG; VUOLTEENAHO, 2009).

Após historiarmos como aspectos linguístico-históricos têm sido tratados nos estudos toponímicos, a seguir, objetivamos apresentar interfaces da Toponímia com a Linguística Histórica.

TOPONÍMIA E LINGUÍSTICA HISTÓRICA: INTERFACES

Longe de exaurirmos as possibilidades de discussão em um tópico como esse, buscamos apresentar aspectos da Linguística Histórica que se relacionam aos estudos toponímicos. Ao tomarmos nomes de lugares como dados linguísticos, evidências históricas e objetos históricos (COATES, 2016) que tendem à perenidade, costumamos ter a noção de que esses nomes sofrem mudanças apenas quando envolve, substancialmente, o encontro com um grupo etário mais antigo ou mais jovem que denomine a localidade diversamente; quando há um nome oficial para um local conhecido majoritariamente por um denominativo paralelo; ou quando tomam consciência de denominações anteriores para a localidade.

Dado o caráter duradouro dos nomes próprios de lugares como dados históricos e linguísticos, que se configuram como produtos de décadas, séculos ou mesmo milênios de desenvolvimento, a descrição desse tipo de material linguístico se faz justo e necessário, dependendo de fontes remanescentes, em prol de revelar informações acerca de sua etimologia, procedência linguística, variação e mudança toponímicas, estruturas léxico-gramaticais, como sua grafia, morfologia e até fonética.

É válida a advertência de Taylor (2016, p. 71-73), para quem não devemos ser *fetichistas* – atribuindo simbolicamente um valor de culto – quanto a formas toponímicas antigas⁴. Tal advertência é válida, pois, não raro, identificamos atitudes negativas quanto a mudanças toponímicas, quer no plano gráfico quer nos níveis semântico e lexical, tanto no âmbito oficial quanto no popular.

A tese de que mudanças toponímicas são ações decadentes e, portanto, devem ser evitadas, ou mesmo o oposto dessa visão, de que essas devem ser promovidas por alguma questão intralinguística a ser “corrigida”, permeou diversos estudos de perspectiva histórico-cultural, a exemplo a prescrição ortográfica de nomes geográficos de origem indígena e africana no país. Sobre essa questão, citamos a descrição de Cardoso (1961) quanto ao método usado por Sampaio (1901),

[...] para cujo resultado não faltaram nem as leituras das crônicas antigas e das antigas relações de viagens, nem a consulta ao elemento histórico, a fim de descobrir a *verdadeira* grafia

primitiva dos vocábulos, para a *perfeita* elucidação de seu sentido e a rigorosa determinação de sua etimologia (CARDOSO, 1961, p. 323, grifos nossos).

Assim, ponderamos que qualquer movimento que vise à *sacralização* de um signo toponímico deve ser evitado. Foi por meio dessa concepção que houve uma maciça nominação de topônimos brasileiros por meio da língua tupi em meados do século XX, justificada por uma mais justa e idiossincrática *cor local*, bem como diversas promoções de “correção” gráfica de nomes de lugares.

Já no âmbito dos estudos filológicos do século XIX, a toponímia servia como objeto das humanidades, como parte do método onomasiológico, para descrições de *modi vivendi, cogitandi et operandi* de comunidades antigas. Como afirma Bassetto (2005), por tal perspectiva, que visa à análise de diferentes denominações para um conceito ou uma coisa,

é possível caracterizar as atividades de uma região e situá-las no tempo, [assim como] também fazer a história e a biografia das palavras [...] desde a época mais antiga aos nossos dias, explicando, ou pelo menos, tentando explicar, as diversas influências sofridas, os cruzamentos semânticos, sua vitalidade e frequência de uso etc. (BASSETTO, 2005, p. 77-8).

Ao destacar percursos metodológicos com *corpora* toponímicos, que requerem conhecimentos linguísticos em consonância com os de meio ambiente (BASSETTO, 2005, p. 78), chegamos a um dos autores pioneiros na promoção de estudos nessa perspectiva, Albert Dauzat (1877-1955). Esse francês influenciou os principais toponimistas lusitanos, a exemplo de Leite de Vasconcellos, e tem sido referência para qualquer estudioso de toponímia brasileira. Algumas das diretrizes teórico-metodológicas comuns às pesquisas junto a nomes de lugares em línguas de substrato (indígenas) ou de superstrato (africanas) advêm de seus postulados, como afirmou Dick (2000), tais como:

(a) o estabelecimento das camadas dialetais, com reflexos na língua falada na região; (b) a pesquisa das raízes formadoras dos topônimos; (c) a reconstituição etimológica das formas antigas de nomeação, oriundas de substratos e adstratos linguísticos; (d) a pesquisa em documentos históricos (DICK, 2000, p. 231).

Além de evidenciar, com maior rigor, como a procedência linguística e a etimologia poderiam ser consideradas, Dauzat (1928) teve o mérito de propor o método das áreas, transparecendo, pois, a interface da toponímia com a dialetologia, visto que

[...] envolve, principalmente, e antes de tudo, o reconhecimento dos estratos dialetais que estruturaram, no território, a forma de expressão vernacular. É desse ângulo maior, ou seja, do reconhecimento etnolinguístico das camadas superpostas que se poderá buscar, então, as diversidades gramaticais, semânticas e etnográficas dos registros onomásticos (DICK, 2001, s/p).

Tomando a diacronia como perspectiva de investigação, Dauzat (1928) corrobora para uma compreensão do signo toponímico tal qual um *fóssil*. Como modelo de fóssil gramatical, o toponimista francês tratou do morfema *-ain* em nomes de rios como marca do *cas-régime* feminino, resquício de um caso nominal do francês antigo de origem germânica quando em função de complemento. Para exemplificar uma ocorrência de fóssil lexical, assinala que se encontra

dentre eles fragmentos de línguas anteriores ao galês, e, o que não é menos interessante para o romanista, palavras latinas saídas do uso a partir da época cristã, tal como **urbs**, conservada nos topônimos italianos **Orvieto** e espanhol **Oviedo - urbs vetus**, prova de que essa palavra viveu mais tempo na Itália e na Espanha do que na Gália, onde não deixou nenhum vestígio.” (DAUZAT, 1928, traduzido por DICK, 1990, p. 42-3, grifos da autora).

Este excerto demonstra como investidas a (fases de) línguas podem ser importantes na descrição de fatos linguísticos e sócio-históricos, como o português arcaico, em Portugal, e o tupi antigo, na toponímia brasileira. No caso desse último, citamos o sufixo coletivo tupi *tyba*, cujas variantes fono-morfológicas podem demarcar a dialeção do sistema linguístico tupi, especialmente entre os séculos XVI e XIX, e considerando o léxico toponímico, analisar aspectos relacionados às monções e às bandeiras, por exemplo.

Se, por um lado, podemos atestar que a toponímia nacional mantém uma série de nomes de línguas de substrato, que podem ser datados como anteriores aos primeiros contatos interétnicos com o colonizador europeu (DICK, 2000; CARVALHINHOS; ANTUNES, 2007), por outro lado, identificamos, no século XX, atos denominativos artificiais – topônimos lexicalizados por não índios em línguas indígenas, especialmente o tupi antigo –, o que “pode, na verdade, não apontar para um substrato, mas apenas para um movimento nacionalista brasileiro pós-Independência, de caráter romântico e indigenista, do século XIX” (VIARO, 2011, p. 299).

Assim, cabe ao estudioso de toponímia identificar que nem sempre os nomes indígenas podem ser denominações remotas e que os processos de mudanças toponímicas no Brasil podem contemplar tantos casos de apagamento etnolinguístico quanto processos de lexicalização inéditos no Português brasileiro, sejam eles do indígena ao português ou vice-versa.

Quanto às fontes para o estudo toponímico, essas são diversas – mapas, índices toponímicos, documentos escritos, contemplando não apenas pesquisas bibliográficas, como também pesquisas de campo. Taylor (2016) assim caracteriza o campo de trabalho do toponimista:

There is much in the life and work of the toponymist which involves sitting at a desk, whether at home, in a library, or in an archive. Equally, there are aspects essential to the work which involve ‘getting out and about’: for the purposes not just of interrogating those who live in a landscape, as a collection of oral

material, but of interrogating the landscape itself (TAYLOR, 2016, p. 75)⁵.

Assim, reiteramos o quanto os estudos toponímicos podem (e devem) se valer de documentos como testemunhos linguísticos e históricos. A confiabilidade das informações é proporcional à segurança que os *corpora* podem oferecer. Para isso, requerem-se documentos fidedignos, datados e localizados – o que só é possível por meio de critérios filológicos bem definidos. O labor filológico, portanto, se estabelece como fundamental no estudo toponímico, pois, a partir de edições confiáveis cujo objetivo seja o de servir a estudos linguísticos, pode-se dar um tratamento acurado a questões grafemáticas, morfossemânticas e outras no âmbito da variação e da mudança linguísticas.

Identificamos, portanto, que, para os estudos toponímicos de abordagem histórico-cultural, o acesso a documentos se apresenta como uma limitação. Certamente, quão mais remotos forem os dados toponímicos a serem descritos, maior a dificuldade de acesso a *corpora*. Isso expõe o papel crucial da edição de *corpora* datados. Em posse de fontes monotestemunhais ou politestemunhais, faz-se mister a escolha de métodos de edição adequados. Sendo parte considerável dos documentos históricos brasileiros de cunho monotestemunhal, deve-se atentar para os objetivos do estudo e ponderar o grau de mediação do editor junto ao texto – desenvolvimento de abreviaturas, atualização ortográfica, notas filológicas, linguísticas, históricas e outras que se tornarem convenientes (CAMBRAIA, 2005). Já para documentos politestemunhais, a relevância de uma edição crítica confiável é alta, uma vez que dela podem emergir variantes e fósseis toponímicos, tanto no nível gramatical quanto lexical.

Assim, *corpora* históricos são úteis à investigação toponímica, bem como topônimos são válidos para compreensão do sistema das línguas indígenas e da sócio-história desses grupos. No âmbito de estudos de toponímia histórica brasileira, exemplificamos as dissertações de mestrado de Santos (2012) e de Vicente (2013), que descreveram e analisaram os topônimos presentes em cartas sesmarias da capitania de Sergipe Del Rey entre 1594 e 1623 e em documentos do Livro Velho do Tombo de 1612 a 1704, respectivamente.

Santos (2012), por exemplo, expõe os diversos problemas quanto à decifração etimológica e às dúvidas sobre a procedência linguísticas de certos topônimos nacionais, destacando a inconsistência de dados para atestar se certas nomenclaturas são de origem indígena ou africana, o que é limitado pela ausência de documentos datados e localizados, bem como pelo limitado conhecimento gramatical do autor acerca desses sistemas linguísticos. Assim, encontramos casos como o topônimo *Cumbe*, de origem africana banto, como atestam menções lexicográficas e cartográficas, mesmo Sampaio (1901, p. 16) tomando-o como de origem indígena tapuya.

Os requisitos para o labor toponímico, portanto, se apresentam diversos. Fernandes (1941) afirma, por exemplo, que

a evolução das línguas através dos séculos, as transformações vocabulares, que se verificam, embora muito lentamente e por

causas diversas, as formas correspondentes ou analógicas de cada termo nos vários idiomas, tudo isso torna complexo o estudo consciencioso e completo de *topônimos*, fazendo muitas vezes com que o estudioso-investigador se sinta embrenhado em complicada rede, que se torna ainda mais espessa com a falta de documentação idônea para não poucos casos, tornando-se assim o trabalho imperfeito, sobretudo se, a par de paciente persistência, lhe escassear não apenas certa cultura geral, mas determinados conhecimentos da especialidade (FERNANDES, 1941, p. 10).

Ao reconhecer as dificuldades do ofício toponímico, Fernandes (1941) argumenta, nesse excerto, a necessidade de se valer de postulados da Linguística Histórica para a resolução de problemas, reiterando a necessidade de testemunhos estabelecidos filologicamente. Não à toa, os toponimistas costumam ter formação acadêmica em linguística histórica, filologia, história, geografia, sociologia, ou áreas afins, podendo-se citar também os estudiosos de línguas indígenas e africanas, que igualmente se valem de conhecimentos de etimologia e da linguística histórica em suas investigações.

Ao debater os “textos do passado”, Mattos e Silva (2011) assinala que “não se pode deixar de considerar a filologia” para o tratamento do léxico de uma língua histórica,

destac[ando] que nos estruturalismos – tanto europeu como americano – predominaram os estudos sintáticos, morfossintáticos e fônicos. Hoje se expandem os estudos do léxico – lexicografia, lexicologia, neologia, terminologia e ainda toponímia e antroponímia (MATTOS E SILVA, 2011).

Por fim, reiteramos a relação nos níveis teórico, metodológico e prático da toponímia com a filologia e com a linguística histórica. Esta interface é possível e necessária, devendo-se basear em *corpora* datados e localizados. Por outra via, dados toponímicos também são úteis para a descrição e a análise de mudanças linguísticas, especialmente numa perspectiva sócio-histórica, considerando fatores extralinguísticos ou sociais e intralinguísticos, como estipulou Mattos e Silva (2008).

A seguir, aplicamos as discussões teórico-metodológicas a um item bastante produtivo na toponímia nacional, o radical tupi *ita*. Para isso, delimitamos a descrição e a análise de macrotopônimos do estado de Sergipe.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS: O RADICAL *ITA* NA TOPONÍMIA SERGIPANA

Ita designa o elemento mineral *pedra*, podendo ser tomado pela acepção estipulada por Guerra (1993): “denominação genérica usada para qualquer pedaço de *rocha*” (GUERRA, 1993, p. 316). Apresenta-se amplamente produtivo como item toponímico, em todo o país, desde os tempos pré-cabralinos, sendo igualmente

fecundo na nomenclatura de cidades e de vilas brasileiras em meados do século XX. Sobre isso, Dick (1990b) afirma:

os estratos denominativos formados por *itá* atingem uma amplitude considerável, levando-se em conta que o seu primitivo significado, *pedra*, viu-se acrescido de outro traço semântico, por força dos contactos interculturais, na época da colonização, dentro da fase linguística conhecida como 'língua geral'. Como os nativos, na época do descobrimento, encontravam-se, ainda, em período anterior ao do metal, [...] outros acréscimos linguísticos ainda foram atribuídos ao termo, para que pudesse representar, consistentemente, os conceitos de ouro (*itájubá*), prata (*itatinga*), aço (*itaeté*), por exemplo (DICK, 1990b, p. 176).

Backheuser (1950, p. 171) já havia assinalado isso, ao tratar de topônimos de índole geológica ou mineralógica: "E os inúmeros derivados tupi-guaranis do radical *ita*, pedra, cuja extensíssima lista para toda sorte de acidentes geográficos é bem conhecida no Brasil. Essa lista atinge 143 cidades e vilas brasileiras (Itá, Itabira, Itaguaí, Itapemirim, Itapira, Itaúna, Ituverava etc)." Valendo-nos de estimativas superficiais, baseados em números do IBGE (2019), esse número passa de 200 atualmente, o que demarca a crescente ocorrência desse item linguístico de origem indígena na nomenclatura geográfica nacional durante o século XX.

Pela distribuição espaciotemporal do item *pedra* na nomenclatura nacional e internacional, podemos tomar a lexia *ita* como um *arquétipo toponímico*. De acordo com Dick (1990b, p. 8), lexias como rio, mar, lago, morro, vale – e aqui acrescentamos pedra – apresentam-se nos diversos sistemas toponímicos como designações comuns. Daí serem produtivos tantos os termos *pedra*, em português, quanto *ita*, em língua tupi, como assinala esta mesma autora (1990b, p. 176).

Os signos toponímicos iniciados pelo item *ita* raramente se apresentam morfologicamente isolados. O elemento mineral costuma ser descrito ressaltando sua característica geomorfológica (*Itapicuru-BA*⁶); a escala cromática (*Itatinga-SP*, pedra branca; *Itamaraty*, pedra branca ou alva); o estado anímico frente ao elemento mineral (*Itaporanga*, pedra bonita), dentre outras possibilidades linguísticas.

Assim, como aplicação dos postulados teórico-metodológicos apresentados nas seções anteriores, objetivamos descrever e analisar o item lexical tupi *ita* na nomenclatura dos municípios de Sergipe. Dos atuais 75 municípios, cinco deles possuem tal item na sua estrutura, a saber: *Itabaiana*, *Itabaianinha*, *Itabi*, *Itaporanga d'Ajuda* e *Santa Luzia do Itanhy*.

A seguir, compreenderemos esses nomes numa abordagem intensiva (TENT, 2015), destacando qualitativamente tanto feições intralinguísticas, como aspectos fono-morfológicos, semânticos e lexicais, quanto extralinguísticas, como aspectos sócio-históricos e geocartográficos. Metodologicamente, traçaremos uma *biografia* de cada nome de lugar, o que essencialmente envolve responder perguntas como *quem*, *quando*, *por quê*, *o que*, *onde* em relação ao ato denominativo de cada topônimo, como destaca Tent (2015, p. 68).

Documentos e mapas históricos exemplificam as primeiras menções do termo Itabaiana desde o fim do século XVI, como o *Tratado Descritivo do Brasil*, de 1587, de Gabriel Soares de Souza, e diversas alusões à localidade e à serra homônima em cartas de sesmarias da capitania de Sergipe. Do cotejo às fontes históricas, Menezes (2008) hipotetiza:

É de se presumir que o topônimo *Tabanhana* existia ao tempo da conquista do território sergipano, em 1590, sem o “i” inicial, como vem consignado em Barleus e na segunda metade do século XVII padronizou-se “Itabaiana” com variantes de “y” ou dois “n”. O século XVII é o divisor de águas na história de Itabaiana e de sua etimologia (MENEZES, 2008, p. 162, grifo do autor).

Ao se debruçar sobre mapas, fac-símiles de manuscritos e de documentos impressos datados e localizados, Menezes (2008) destaca variantes gráficas do respectivo topônimo, suas mais remotas menções e acaba por proceder ao que Sampaio (1901, p. 89) intitula *restauração histórica*, por meio da observação das aglutinações dos elementos linguísticos do signo toponímico.

Iniciamos o percurso analítico por *Itabaiana*, cuja toponímia já foi objeto de análise de Menezes (2008) e de Santos (2012, 2019). Também nome de uma serra no território circundante do município, Itabaiana se constituiu uma localidade importante no período colonial quando da corrida por pedras preciosas na capitania de Sergipe del Rey. Esse topônimo aparece inscrito com diversas grafias em documentos notariais e cartográficos dos primeiros séculos de colonização, tais como *tabanhana*, *tabaiana*, *tabanhama*, *tabanhana*, *tabanhanaanam*, *Itoabouhanas*, apresentando grafias vacilantes até o final do século XVII, como *Itabayana* e *Itabaiana*, até sua cristalização gráfica na forma atual (MENEZES, 2008, p. 157-158; SANTOS, 2019, p. 286).

Santos (2019) também observa a vacilação inicial entre os grafemas *y* e *i* na sílaba medial, ao passo que a geminação do *nn* na sílaba final apenas é eliminada entre o último quarto do século XX e a primeira década do século XX, como produto de uma padronização ortográfica, como atestado pelos documentos oficiais oitocentistas.

Assim, a compreensão de que houve um metaplasmo na sílaba inicial, passando de *ta* para *ita*, pode ser tomada como “divisor de águas” – valendo-nos da expressão de Menezes (2008). Esse *i* protético que permite refutar versões etimológicas fantasiosas por reanálise amplamente disseminadas, a saber: 1) *Itabaiana*, menção a uma mulher que havia nascido na Bahia e se chamava Ita; e 2) *eita-baiana*, referência a uma formosa mulher da Bahia que, quando passava pelas ruas da cidade, os moradores diziam ‘Eita baiana!’. Claramente, tais versões estão no campo da etimologia fantasiosa, bem como a versão proposta por Tibiriçá (1985). Até acepções dicionarizadas podem ser descartadas desse fato linguístico, como “*Itá-pedra, baiana*: baiana de pedra”, proposta por Tibiriçá (1985, p. 62), e “*Itá-pedra, taba*-aldeia, *oone*-alguém: naquela pedra mora alguém, há uma aldeia com gente”, arrolada por Guaraná (1916, p. 309).

Resumidamente, com base em postulados da filologia e da linguística histórica, consideramos ser pouco provável que *ita*, no signo toponímico *Itabaiana*, demarque etimologicamente a lexia de natureza mineralógica – um litotopônimo, considerando a taxonomia de Dick (1990b). Como significado etimológico provável, esse fato aproxima o topônimo das acepções dicionarizadas apresentadas por Theodoro Sampaio (1901, p. 131) – “*Tabayan* ou *tabanga*: a morada das almas”, por Chiaradia (2008, p. 337) – “do T.G. tabaú-ana – aldeia pequena dos coligados, aparentados”, ou por Bueno (2008, p. 601) – “*Tabay-an* de anga, traduz por a morada das almas. Poder-se-ia dizer: a *taba* assombrada”, às quais tomam *ita* como produto de um *i* protético.

Arroladas questões linguísticas e sócio-históricas acerca do topônimo *Itabaiana*, é mister considerar o nome do município *Itabaianinha*. Denominado também como *Itabaiana Pequena* por uma parcela de seus habitantes, notadamente os mais idosos, interessa destacar a nomenclatura *Itabaianinha* como uma formação toponímica por analogia, produzida a partir daquele onomástico. Percebemos aí que os nomes próprios podem estar suscetíveis aos mesmos processos de formação de palavras de nomes comuns – nesse caso, a derivação por sufixo diminutivo.

As localidades estão cerca de 100 km distantes entre si, mas é importante reiterar que o ato denominativo não apresenta relação empírica com fatores como população ou como dimensão territorial, estando, sim, subordinado às impressões subjetivas de um (grupo) denominador. Assim, *Itabaiana* se apresenta mais populoso do que *Itabaianinha*, mas este é territorialmente maior do que aquele (IBGE, 2019).

Uma das versões, que consta na plataforma *IBGE Cidades*, justifica a nomeação do lugar pelo aspecto topográfico muito parecido com o daquela povoação de onde os referidos viajantes eram originários (*Itabaiana*) e ainda pela semelhança do solo consistente e de pedras miúdas (IBGE, 2019). Outra versão amplamente disseminada nos é relatada por Conceição e Guimarães (2017), claramente uma etimologia estilizada da já apresentada para o topônimo *Itabaiana*:

Diz a lenda, que *Itabaianinha* originou-se embaixo de um pé de Tamarindeiro, por tropeiros vindos da cidade de *Itabaiana* que ali paravam para descansar. Havia uma baiana que cantava e dançava a noite inteira alegrando os tropeiros. Ela requebrava daqui, requebrava dali, mãos nas cadeiras, sorriso faceiro, piscava o olho de forma maliciosa e simulava beijos. A cabroeira atçada pela cachaça se entusiasmava e gritava ‘Eita baianinha fogosa!’, vindo daí o nome *Itabaianinha* (CONCEIÇÃO; GUIMARÃES, 2017, p. 16).

As reanálises etimológicas relacionadas ao topônimo *Itabaiana* estão igualmente presentes nas versões para *Itabaianinha*: a) uma baiana/baianinha que se chamava Ita; b) a segmentação [ita] como produto fono-morfológico da interjeição [eita], de modo que haveria uma mulher originária da Bahia a quem entoavam ‘Eita baiana/baianinha!’, por sua formosura.

Outro destaque é que, se podemos datar o topônimo *Itabaiana* como sendo de nomenclatura de um grupo indígena, o mesmo não se pode dizer a nomenclatura *Itabaianinha*, uma vez que esta remete à segunda metade do século XVIII ou até mesmo à primeira metade do século XIX, visto que, “por resolução do Conselho do Governo de 8 de maio de 1832, foi elevada à categoria de Vila da povoação de Tomar do Geru” (CONCEIÇÃO; GUIMARÃES, 2017, p. 16-17). Isso, em última instância, demonstra que, quando do ato denominativo da nomenclatura *Itabaianinha*, o topônimo *Itabaiana* já estava fonologicamente cristalizado com a prótese na sílaba inicial.

A seguir, destacamos outro topônimo municipal sergipano iniciado pelo radical *ita* que permite considerações linguístico-históricas: *Itabi*.

Essa localidade passou por dois processos de mudança toponímica. Seu topônimo primitivo deve-se à existência de caboclos ceramistas, sendo Pannels o nome da propriedade que deu origem à povoação. A fazenda Pannels, em posse de Pedro Vieira de Menezes desde o fim do século XIX, constituía um próspero arraial quando o vigário da freguesia de Gararu, Padre Gonçalo de Lima, considerou o progresso existente como “Milagre da Providência” e sugeriu que sua denominação passasse a Providência, o que foi aceito, sendo elevada à sede do Distrito de Paz de Providência em 1938. Apenas pela Lei Estadual nº 533, de 7 de dezembro de 1944, quando essa localidade foi elevada à condição de vila, passou a denominar-se *Itabi*, mantendo o topônimo após sua emancipação municipal, pelo decreto-lei estadual nº 525-A, de 25 de novembro de 1953 (IBGE, 2019).

Identificamos que o histórico toponímico põe em xeque o argumento de que se trata de uma lexia remota na toponímia sergipana ou mesmo um ato denominativo promovido por algum grupo indígena: mesmo sendo um topônimo procedente de uma língua de substrato, o tupi, claramente temos um signo toponímico denominado por não indígenas, produto do contexto nacional-ufanista do Estado Novo (1939-1945), que recomendava a inscrição de uma cor local às designações geográficas nacionais⁷. *Itabi*, portanto, constitui-se parte de uma camada toponímica artificialmente criada em línguas indígenas, conhecida como *toponímia tupi de gabinete* (BRASIL, 2007, p. 2).

Quanto a essa nomenclatura, outro aspecto que requer atenção é a sua etimologia. Enquanto os dicionários convergem quanto à composição de *Itabi* por dois elementos de origem tupi – “cidade de Sergipe; de itá-abi, pedra-agulha, ou agulha de pedra.” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 63); “do T.G. itá-pedra; abi-pelinho, peludo; pedra musgosa; b) do T.G. itá-pedra; abi-agulha; pedra aguçada; c) do T.G. itaba – nadar; i- rio; rio onde se nada” (CHIARADIA, 2008, p. 323) –, a tradição local amplamente toma o significado etimológico de *Itabi* como ‘duas pedras’, de modo que ‘bi’ seria oriundo do numeral latino *bis* (duas vezes), presente no léxico português em bianual, bicampeão etc.

Cabe ressaltar que essa explicação popular está enraizada, visto a existência de um referente toponímico que valida tal versão – duas pedras sobrepostas naturalmente, de modo estranho e esquisito, sendo este local hoje a Pedra da Paciência, ponto turístico da cidade (IBGE, 2019) – a ponto de onomásticos locais

se apropriarem dessa etimologia, como a Casa Lotérica *Duas Pedras* e o Grupo *Duas Pedras*.

Sumariamente, percebemos que, se, por um lado, não há dúvidas quanto à procedência tupi do radical *ita* em *Itabi* designar ‘pedra’, por outro, identificamos uma versão etimológica fantasiosa bastante divulgada, mesmo em se tratando de uma denominação recente, datada de meados do século XX.

A seguir, tomamos *Itaporanga d’Ajuda* como nomenclatura municipal sergipana a ser analisada. Se hoje é um topônimo híbrido tupi-português, já ocorriam menções a uma povoação denominada *Itaporanga* no território sergipano em cartas de sesmarias da primeira década do século XVII (SANTOS, 2012, p. 115). O cotejo do manuscrito com uma transcrição paleográfica se fez válido especialmente pela grafia do topônimo. Na carta de Antonio Luis, de 15 de abril de 1602, como pode ser visto na Figura 1 a seguir, a leitura paleográfica se constituiu errônea, por não ter lido o *i* inicial, transcrito *taporangua* por Freire (1891).

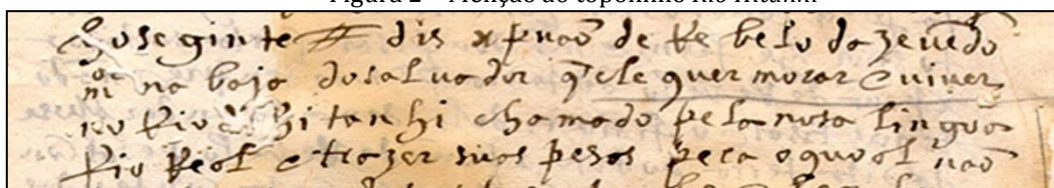
Figura 1 – Menção ao topônimo *Itaporangua*



Fonte: Carta (1602).

Não há inconsistências quanto à etimologia – “*itá-poranga*, pedra bonita” (TIBIRIÇÁ, 1985, p. 68; BUENO, 2008, p. 605; GUARANÁ, 1916, p. 309) –, e o histórico toponímico destaca o nome da localidade como freguesia – Nossa Senhora d’Ajuda de Itaporanga, pela lei nº 135, de 30/01/1845 (APES, 1984, p. 11) –, passando a *Irapiranga*, nome tupi de um rio circundante da localidade pelo Decreto-lei estadual n. 377, de 31/12/1943, mas retomando dois itens lexicais do nome da freguesia quando de nova mudança, pela lei n. 123, de 01/01/1949, ganhando a localidade seu nome atual de *Itaporanga d’Ajuda*.

O último dos cinco topônimos a ser analisado neste trabalho é *Santa Luzia do Itanhy*, dos quais nos interessa particularmente a lexia tupi *Itanhy*, que designa o nome pelo qual os indígenas designavam o rio Real antes da colonização ibérica, como demonstra a carta de sesmaria de Cristovão de Rabello Dazevedo, de 30 de maio de 1596: “[...] na baja do salvador q ele quer morar e viver no Rio do Hitanhi chamado pela nosa lingua Rio Real e trazer suas pesas pera o quoyal não ten terras”⁸ (vide Figura 1) . *Itanhy* passou a nomenclatura paralela do referido curso d’água, mas sendo superposta pelo topônimo Rio Real já nas primeiras décadas de colonização.

Figura 2 – Menção ao topônimo *Rio Hitanhi*

Fonte: Carta (1596).

A referência à Santa Luzia é datada do fim do século XVI e foi, desde então, apagada da toponímia durante apenas cinco anos, entre 1943 e 1948. Isso se deu pela necessidade de evitar homonímia na nomenclatura geográfica nacional, sendo que a já cidade de *Santa Luzia* passou a *Inajaroba* – inajá-roba: inajá amargoso (GUARANÁ, 1916, p. 308; SAMPAIO, 1901), que era o nome primitivo do atual Rio Piauí⁹ (FREIRE, 1891, p. 352; SANTOS, 2012, p. 111-112). Em 1948, contudo, a referência à padroeira é retomada, trazendo consigo o nome primitivo de outro rio que corta a localidade, por uma construção genitiva, *Santa Luzia do Itanhy*.

Sobre a vacilação gráfica da lexia tupi, registrada até o século XX como *Hitanhy* ou *Hitanhi*, Santos (2012, p. 109) afirmou que a perda da letra *h* inicial se deu após a norma ortográfica sancionada em 1911, que só previa a manutenção desta letra quando a etimologia latina a exigisse, como em *hoje*, *homem* e *hélice*, sendo incomuns os topônimos em línguas indígenas iniciados por essa letra. Mantem-se, contudo, até os dias atuais, a vacilação entre as grafias *Itanhy* e *Itanhi*, o que pode ser atestado, inclusive, em fachadas de prédios oficiais da cidade.

As obras lexicográficas que registram esse topônimo não são unívocas quanto ao significado etimológico – “*Itan-hy*: rio das conchas, das itans” (GUARANÁ, 1916, p. 309); “*Itahim*: ita-im: a pedra pequena, a pedrinha, a conchinha; corr. *Ita-ib*: torre, campanário, coluna de pedra” (SAMPALIO, 1901, p. 132); “*Itaim* – de *itá-im*, pedra pequena, pedregulho” (BUENO, 2008, p. 602). Provável, mas não certa, portanto, é a motivação litotoponímica, sendo múltiplas as possibilidades de decomposição morfológica desse topônimo. Por exemplo, em se tratando de uma região litorânea que desemboca no Oceano Atlântico, não se pode tomar como impossível a versão de Guaraná (1916), percebendo-se não haver uma questão fechada sobre a polêmica devido à incerteza quanto à (não) nasalização do radical *-ita* ou *itã*.

Por fim, descrito e analisado o *corpus* toponímico delimitado para esta pesquisa, passamos às conclusões do estudo.

CONCLUSÕES

Este artigo objetivou apresentar algumas das contribuições da Linguística Histórica para nossa área de interesse, o estudo dos nomes próprios de lugares. Essa interface é historicamente estabelecida, visto que os estudos toponímicos tradicionalmente se constituíram como uma disciplina autônoma, no fim do século XIX, considerando seu objeto como um dado tanto linguístico quanto sócio-

histórico – cuja abordagem foi intitulada *histórico-culturalista*. Destacamos como a compreensão de fenômenos de mudança linguística e de uso de *corpora* datados e localizados pode ser útil ao analisar a nomenclatura geográfica, tomados como dados linguísticos, evidências históricas e objetos históricos.

Quando da análise qualitativa da ocorrência do radical tupi *ita* na nomenclatura municipal de Sergipe, esperamos ter esclarecido como disciplinas afins, a exemplo da Linguística Histórica, Etimologia e Filologia nos foram válidas no exame de questões intralinguísticas – fono-morfológicas, semânticas e lexicais – , e extralinguísticas – sócio-históricas. Destas, ressaltamos os diversos casos de etimologia popular que, em nada tendo de verdade histórica, puderam ser discutidos.

Por fim, visto que estão longe de serem objetos tão-somente de diletantismo, esperamos combater a desinformação e a incorreção de dados relativos aos signos toponímicos, colaborando para ressaltar a necessidade de estudos abalizados na área.

Notas

¹ Etimologia é a disciplina que tem por função explicar a evolução das palavras remontando tão longe quanto possível, no passado, muitas vezes para além dos limites do idioma estudado, até chegar a uma unidade dita étimo (DUBOIS et al, 2006, p. 233-234).

² “[...] to provide a coherent, intelligible, and at the same time honest answer to both these questions [what does it mean? [...] what language is it from?].” (Tradução nossa).

³ Destacaram-se como os mais proeminentes estudiosos da Toponímia nacional entre as décadas de 1930 e 1970: Plínio Airoso, Teodoro Sampaio, José de Sá Nunes, Antenor Nascentes, Raja Gabaglia, Carlos Drumond e Levy Cardoso (BARBOSA, 1980, p. 148).

⁴ “We must not fetishize early forms” (TAYLOR, 2016, 71).

⁵ “Há muito na vida e no trabalho do toponimista que envolve sentar em uma carteira, seja em casa, em uma biblioteca, ou em um arquivo. Igualmente, há aspectos essenciais para a investigação que envolvem ‘sair por aí’: pelos propósitos não apenas de interrogar aqueles que vivem em um ambiente, como num catálogo de material oral, mas de interrogar o ambiente em si.” (Tradução nossa).

⁶ “Itapicuru, *Itapé-lage*; *curú-seixo*, lage formada de seixos. *Itá-pedra*; *pucú-comprida*; (*r*)ú-rio: rio da pedra comprida exprime melhor o que indica este nome, referindo-se o rio.” (GUARANÁ, p. 309).

⁷ Mesmo que careça de estudos posteriores para comprovação, destacamos uma informação que identifica o denominador da localidade: “Já em 1944 foi elevado a vila, quando na data o poeta sergipano Simeão Sobral denominou a então vila por nome de Itabi, em função das duas pedras (em tupi-guarani: ita, ‘pedra’ e bi, ‘duas’)” (ITABI, 2018).

⁸ Após considerar as transcrições propostas por Freire (1891) para esse *corpus* sesmarial, Santos (2012) afirma que “Esse rio é mencionado três vezes no *corpus* sesmarial já mencionado, sendo que todas as ocorrências datam de maio de 1596. A partir de então,

todas as alusões a esse rio passam a ser por meio de sua variante portuguesa, o rio Real” (SANTOS, 2012, p. 107).

⁹ Dick (1990b, p. 85), ao listar quase duas dezenas de casos de *superposição toponímica*, arrola como topônimo paralelo do Rio Real o Piaguig (~ Piauí).

Referências

- APES – Arquivo Público Estadual. *BAPE: Boletim do Arquivo Público Estadual*. Aracaju: APES/Setor de Divulgação, ano III, nº 4, Jun. 1984, 63 p.
- BALDINGER, Kurt. Semasiologia e onomasiologia. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 9, 1966.
- BERG, Lawrence D.; VUOLTEENAHO, Jani (Ed.). *Critical toponymies: The contested politics of place naming*. Ashgate Publishing, Ltd., 2009.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário Tupi-Guarani/Português*. 7. ed. São Paulo: Vidalivros, 2008.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARDOSO, Armando Levy. *Toponímia Brasília*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.
- CARTA de Sesmaria de Antonio Luis, 1602. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. CD 0024. Livro 2, [fol. 124(159)-125v(160v)].
- CARTA de Sesmaria de Cristovan Rabello Dazevedo, 1596. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. CD 0024. Livro 1, [fol. 31v-32v].
- CARVALHINHOS, Patricia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Toponímia brasileira. Origens históricas. **XI Congresso Nacional de Linguística e Filologia**, 2007, Rio de Janeiro: Cadernos do CNLF - Livro dos Minicursos. Rio de Janeiro: Cifefil, 2007. v. XI. p. 141-158.
- CARVALHO, Francisco de Assis. *Entre a palavra e o chão: memória toponímica da Estrada Real*. 2012. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CHIARADIA, Clóvis. *Dicionário de palavras brasileiras de origem indígena*. São Paulo, Limiar, 2008, 708p.
- COATES, Richard. Names and Historical Linguistics. In: HOUGH, Carole (Ed.) **The Oxford Handbook of Names and Naming**. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, p. 525-539, 2016.
- CONCEIÇÃO, José Carlos; GUIMARÃES, Tayronne. *Itabaianinha em fatos e fotos*. Aracaju: Infographics, 2017.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- DAUZAT, Albert. *Le noms de lieux: Origine et évolution*. Paris: Delagrave, 1928.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. O Sistema Onomástico: Bases Lexicais e Terminológicas, Produção e Freqüência. *As Ciências do Léxico: Lexicologia Lexicografia e Terminologia*. vol. I. 2. ed. Campo Grande, 2001. p. 79-90.
- _____. Contribuição do Léxico Indígena e Africano ao Português do Brasil. In: **Congresso Internacional de Lusitanistas**, 2000, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em:

<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAml4AG/contribuicao-lexico-indigena-africano-ao-portugues-brasil>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. **Investigações** (Recife), Recife, v. 9, p. 119-148, 1999.

_____. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990a.

_____. **Toponímia e antroponímia do Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP, 1990b. 224 p.

DRUMOND, Carlos. **Contribuição do Bororo à toponímia brasileira**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965, 134p.

DUBOIS, Jean et al.. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 2006.

FERNANDES, I. Xavier. **Topônimos e gentílicos**. Porto: Educação Nacional, 1941, vol. 1.

FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977 [1891].

GUARANÁ, Armindo. Glossário Etimológico dos nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, ano II, vol. II, nº 5, p. 297-326, 1916.

HADJÚ, Mihály. **The History of Onomastics**. Budapest: Osiris Kiadó, 2003.

HOUGH, Carole (Ed.) **The Oxford Handbook of Names and Naming**. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, 2016.

IBGE. **IBGE Cidades**, 2019. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/>> Último acesso em: 13 jan. 2019.

ISQUERDO, Aparecida Negri. La recherche toponymique au Brésil: une perspective historiographique. **Cahiers de lexicologie**: Revue internationale de lexicologie et lexicographie, n. 101, p. 15-36, 2012.

ITABI. In: **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2019. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Itabi&oldid=54029223>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. O que é fazer pesquisa em Linguística Histórica?. In: GONÇALVES, Adair Vieira; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa (Org.). **Ciências da Linguagem: o fazer científico?**. Campinas: Mercado de Letras, 2012, v. 1, p. 267-292.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da Linguística Histórica: “ouvir o inaudível”**. São Paulo: Parábola, 2008, 208p.

MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. A tessitura do léxico de uma língua histórica. **I Congresso Internacional de Estudos do Léxico**. Salvador, 2011 (Conferência de Abertura). Disponível em <http://www.iciel.ufba.br/modulos/programacao/pro_visualiza_atividade.asp?ati_codigo=33207> Acesso em: 10 nov. 2018.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012 [1933].

MENEZES, Paulo. Toponímia Brasileira. **I Simpósio Pan-Americano de Toponímia (SIPAT)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 03 maio 2017 (comunicação oral).

MENEZES, Wanderley. Considerações sobre a etimologia da palavra “itabaiana”. **Interdisciplinar**. v. 6, nº. 6. p. 155-165. Jul/Dez de 2008.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na Geographia Nacional**. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local--files/sampaio-1901-tupi/sampaio_1901_tupi.pdf>.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. **De Cirigype a Sergipe Del Rey**: os topônimos nas cartas de sesmarias (1594-1623) / Orientadora: Lêda Pires Corrêa. São Cristóvão, 2012. 191 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2012.

_____. **A toponímia em Sergipe**: descrição e análise / Orientadora: Silvana Soares Costa Ribeiro. Coorientadora: Célia Marques Telles. Salvador, 2019. 351 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, 2019.

TAYLOR, Simon. Methodologies in place-name Research. In: HOUGH, Carole (Ed.) **The Oxford Handbook of Names and Naming**. Series: Oxford handbooks in linguistics. Oxford: Oxford University Press, p. 69-86, 2016.

TENT, Jan. Approaches to Research in Toponymy. **Names**. 63:2, 65-74.

VICENTE, Flávia Daianna Calcabrine. **Além e aquém de Sergipe do Conde e Tatuapara**: os topônimos no Livro Velho do Tombo. 2013. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura), Universidade Federal da Bahia. Orientadora: Célia Marques Telles. Salvador, 2013.

Para citar este artigo

SANTOS, C. A. N. Contribuições da linguística histórica aos estudos toponímicos brasileiros. **MACABÉA – REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI, CRATO, V. 8., N. 2., 2019, p. 453-472.**

O Autor

Cezar Alexandre Neri Santos é Professor da Universidade Federal de Alagoas, lotado no Curso de Letras/Língua Portuguesa do Campus do Sertão desde 2011. Doutor em Língua e Cultura - PPGLinC/UFBA (2019) e Mestre em Letras - PPGL/UFS (2012). Licenciado em Letras Português/Inglês, pela Universidade Federal de Sergipe (2005). Suas principais áreas de Interesse são Toponímia, Dialetoлогия, Língua Latina, Filologia, Lexicologia, Metodologias de Ensino-aprendizagem de Línguas Portuguesa, Latina e Inglesa.